

As transformações no cerrado e da relação homem/natureza nos 200 anos da viagem de August de Saint-Hilaire a Goiás (Brasil)

Hamilton Afonso de Oliveira

Universidade Estadual de Goiás

Morrinhos - Goiás - Brasil

hamiltonafonso@uol.com.br

Resumo: Em 2019 fez 200 anos da viagem de August Saint-Hilaire a Goiás, partindo desta perspectiva, o objetivo deste artigo é fazer uma análise, na perspectiva histórica de longa duração, das transformações da relação homem e Natureza no Cerrado. As reflexões e apontamentos leva-nos a refletir que a dinâmica do processo histórico não acontece nos mesmos ritmos e, por mais distante que fosse as comunicações entre os diferentes povos e culturas, não se pode falar em isolamento. As interações aconteciam, mas em ritmos dinâmica histórica diferentes e o domínio hegemônico da cultura urbana, industrial e capitalista somente se consolidará em Goiás depois da construção e transferência da capital federal para Brasília em 1960.

Palavras-chaves: História. Cultura. Economia. Natureza.

Introdução

Na medida em que o passado humano é mal conhecido, mal interpretado, os homens e os grupos de homens têm uma visão incorreta de seu presente e de seu futuro (VILAR, 1985, p. 28).

August de Saint-Hilaire foi um renomado botânico francês que percorreu várias regiões do Brasil entre os anos de 1816 e 1823, fazendo coletas das mais variadas plantas e exemplares de animais, especialmente aves. Além disso, fez uma quantidade expressiva de anotações de temperaturas mínimas e máximas em muitos lugares por onde passou, de uma viagem que começou na cidade de Magé-RJ, no dia 28 de janeiro de 1819, até o arraial de Pilões (Iporá-GO). Ao retornar à cidade de Goiás e optou pela estrada do Sul para visitar as águas termais de Caldas Novas, quando em, 23 de setembro, adentrou o território do estado de São Paulo. Neste percurso, Saint-Hilaire fez uma série de anotações de temperaturas e clima pelos territórios que percorreu do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás em um percurso de viagem de quase oito meses. Quando visitou Goiás, algumas inovações tecnológicas que possibilitaram o melhor aproveitamento das fontes de energias (o carvão e a água), já existentes na Natureza, começavam a ser utilizadas na Europa para reduzir o

esforço e o trabalho humano nas diferentes cadeias do processo produtivo da indústria e no campo.

Na França e em outras regiões da Europa, de acordo com Mazoyer e Roudart (2010), no mesmo período, a terra já estava deixando de ser um “bem” de uso coletivo com a finalidade de atender as necessidades de autossuficiência das famílias e comunidades, as cidades cresciam e já exigia uma produção de alimentos crescentes, as terras comunais estavam sendo cercadas pra a criação de animais e cultivos dos mais diversos para a tender a demanda de um número cada vez maior de pessoas passava a residir e trabalhar exclusivamente nas cidades em atividades ligadas ao comércio e a indústria. A necessidade de trabalhar para criar, plantar e colher foram sendo substituídas pelo dinheiro que se tornou a pré-condição de satisfação e acesso aos produtos mais essenciais para a vida.

Quando Saint-Hilaire visitou Goiás, a Revolução Industrial estava apenas nos seus primeiros estágios e a Inglaterra era o epicentro de uma revolução que iria transformar o mundo e, sobretudo, a relação do homem com a Natureza e a consolidação do modo de viver urbano em relação ao modo de viver agrário.

Por muito tempo acreditou-se que a Natureza era infinita, cabendo ao homem, através da Ciência e do trabalho, apropriar-se Dela de forma mais racional e intensa para gerar mais riquezas, matérias-primas e alimentos para o crescente mercado consumidor dos países que estavam passando pela Revolução Industrial.¹ E neste intervalo de 200 anos da viagem de Saint-Hilaire, houve profundas transformações na paisagem do Cerrado e o provável aquecimento pode estar relacionado ao uso excessivo do solo e a drástica redução da cobertura florestal/vegetal ocorrida, principalmente depois de 1960.

Os resultados leva-nos a supor que pode haver evidências – mas que precisam ser mais bem esclarecidas com pesquisas que envolvam outras áreas de estudo – que, provavelmente, além do aumento das emissões de CO₂ decorrentes da industrialização e urbanização, o uso excessivo do solo que veio acompanhado do acelerado processo de desmatamento em áreas até então pouco exploradas, abaixo da linha do Equador, acentuadas depois de 1950, com a rápida expansão da fronteira agrícola em escala mundial, além de prejuízos irreparáveis à fauna e a flora, a despreocupação com a garantia de uma cobertura vegetal mínima pode estar contribuindo para a redução da umidade relativa do ar, o aumento

¹ Embora fossem portadores na defesa de uma racionalidade econômica os viajantes naturalistas europeus, como o próprio Saint-Hilaire, já alertavam sobre possíveis problemas ambientais futuros decorrentes dos desmatamentos, por conta, da antiga prática tradicional de agricultura baseada na derrubada e queimada que prevalecia no Brasil e no mundo no início da era industrial.

médio das temperaturas das correntes de ar e, conseqüentemente, aumento das temperaturas médias do Planeta Terra.

O objetivo deste artigo é fazer uma análise da conjuntura socioeconômica e cultural em uma perspectiva histórica de longa duração sobre a relação homem e Natureza de contextualizada com as transformações desencadeadas da expansão do capitalismo industrial e seus impactos na cultura, sociedade, economia e ambiente no Brasil e em Goiás. As reflexões e apontamentos levam a refletir que a dinâmica do processo histórico não acontece nos mesmos ritmos e, por mais distante que fosse as comunicações entre os diferentes povos e culturas, não se pode falar em isolamento. As interações aconteciam, mas em ritmos dinâmica históricas diferentes e o domínio hegemônico da cultura urbana, industrial e capitalista somente se consolidou em Goiás depois da construção e transferência da capital federal para Brasília.

Aspectos socioeconômicos e culturais de Goiás no século XIX

A visita do viajante francês estava inserida no contexto histórico pós-instalação da Corte Joanina e a Abertura dos Portos do Brasil que marcou o início, conforme Silva e Pereira (2016), de um processo de valorização científica, principalmente da natureza e dos recursos naturais brasileiros, abundantes e praticamente pouco explorados na perspectiva da racionalidade econômica de uma sociedade capitalista e industrial. Este contexto motivou a vinda de várias expedições científicas que percorreram o território brasileiro no período em que a Revolução Industrial se encontrava no seu primeiro estágio de desenvolvimento, em que estava havendo a

descoberta para várias áreas do conhecimento, assim foi também a experiência vivida pelos viajantes que circularam pelo **Cerrado** durante esse período. [...] Marcadamente do encontro entre o “homem civilizado” e a natureza exótica [...] brasileira **que ganhava** importância, por apresentar possíveis potencialidades econômicas (SILVA; PEREIRA, 2016, p.215. **Grifo nosso**).

Quando Saint-Hilaire percorreu o território goiano, Goiás era uma das províncias com os menores índices demográficos do Brasil conforme seus registros e o primeiro levantamento estatístico de Silva e Sousa (1874), respectivamente os julgados de Vila Boa (atua Cidade de Goiás), com números aproximados de 10 mil habitantes; Meia Ponte (atual Pirenópolis-GO) de 7 mil; Santa Luzia (Luziânia-GO) 4 mil; Santa Cruz-GO 3 mil; Pilar (Pilar de Goiás) 4 mil; e Crixás com 2 mil habitantes. A população total, incluindo a do atual estado do Tocantins, não ultrapassava 70 mil pessoas. Se for levado em consideração apenas

a área que corresponde atualmente ao estado de Goiás, este número provavelmente, não chegava a 40 mil pessoas.

O Brasil nesse contexto começava a abrir as portas para essas novas descobertas, era o prelúdio da disseminação da ideologia da modernidade e do progresso, assentado em uma necessidade da exploração dos recursos naturais tão abundantes e inexplorados em uma perspectiva da racionalidade econômica, o que levava em consideração, a necessidade de crescimento de mercados e do consumo no mundo Ocidental. Aqui no Brasil, especialmente em Goiás, o ritmo da vida e do trabalho seguia o curso da Natureza e, portanto, não havia muito o que esperar de uma população diminuta e tipicamente agrária para além da preocupação com a autossustentação. Portanto, utilizando as próprias palavras de Saint-Hilaire, “não se deve julgar, o interior da América segundo os padrões europeus” (SAINT-HILAIRE, 1975 p. 13-14).

Saint-Hilaire partiu do Rio de Janeiro no dia 28 de janeiro de 1819, passou por Petrópolis-RJ, São João Del Rei e, cruzando Minas Gerais, chegou à cidade Paracatu-MG, na divisa com Goiás em 28 de maio. Optou por atravessar a Serra do Corumbá, passando pelo Registro dos Arrependidos (Rios São Marcos, Paracatu/Unaí-MG/divisa com Minas Gerais), por região que hoje é o Distrito Federal, Santa Luiza (Hoje Luziânia-GO), Meia Ponte (Pirenópolis-GO), até chegar à cidade de Goiás nos fins de junho de 1819. Esse caminho escolhido por Saint-Hilaire para entrar em Goiás era montanhoso e de terreno bastante irregular, logo ao atravessar a divisa de Minas Gerais no Registro dos Arrependidos deparou-se com a Serra do Corumbá (hoje região de Cristalina-GO) a vegetação era típica do Cerrado “de árvores raquíticas e de folhagem variada, com seus ramos entrelaçados no alto”. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 23). No retorno, optou por seguir o caminho do Sul saiu de Goiás em 30 de julho, passou por Meia Ponte (Pirenópolis-GO), região de Anápolis-GO, Bonfim (hoje Silvânia-GO), Caldas Novas-GO e chegou ao Porto de Anhanguera às margens do rio Paranaíba no dia 04 de setembro de 1819.

Quem percorria Goiás no século XIX chegava a andar dezenas de quilômetros sem se deparar com uma viva alma ou gado vacum ou cavalariças nas pastagens, conforme relato dos viajantes europeus e memorialistas do período que deixaram registrada as suas impressões. Saint-Hilaire, por exemplo, entre o caminho do Registro dos Arrependidos até Santa Luzia (Luziânia-GO), do alto do Morro do Alecrim, “as terras que se avistam do seu cume são montanhosas, despovoadas e sem sinal de cultura e os campos se achavam na ocasião (31 de maio de 1819) ressequidos” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 23). Ou seja, a sensação de atraso era a impressão que Saint-Hilaire, bem como, de qualquer outro indivíduo originário de um

centro urbano e mais industrializado teria em relação a Goiás e ao Brasil, que era uma imensidão terras que estavam para ser ocupadas e exploradas.

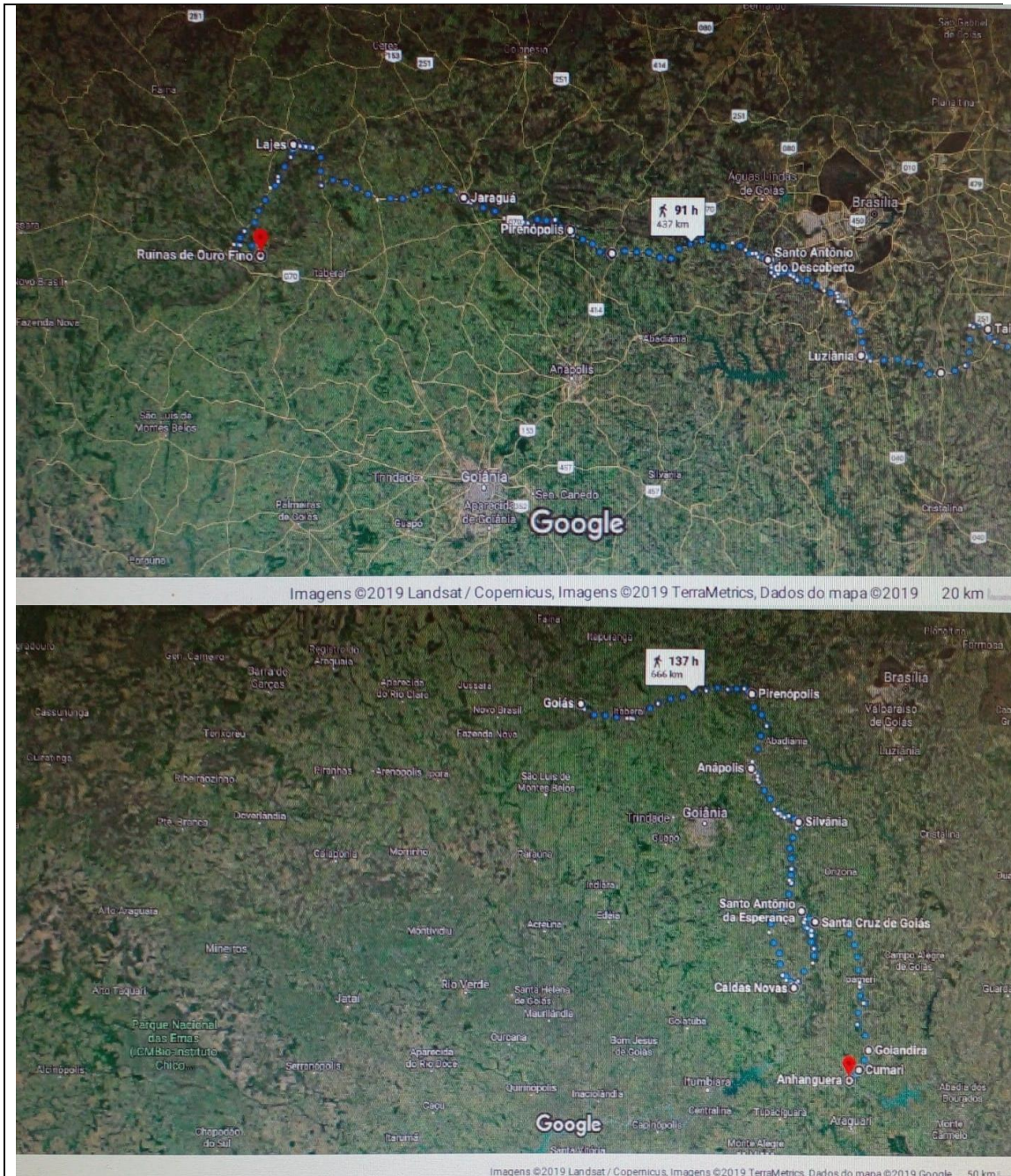


Figura 1: Roteiros percorridos por Saint-Hilaire em Goiás em 1819: Arrendidos-MG/Ouro-Fino-GO e da cidade de Goiás ao Porto do Paranaíba (atual Anhanguera-GO)

Fonte: Google Earth, 2019

O processo de ocupação caracterizava-se pela itinerância com práticas agrícolas baseada na derrubada e queimada e pecuária extensiva. As residências eram construídas nas proximidades dos cursos d’água, onde se praticava a agricultura nos capões de matas onde

se localizavam as terras mais férteis para o cultivo. Encerrada o ciclo de fertilidades naturais deste solo, os antigos ocupantes tinham se deslocar para outras localidades com terras propícias para o cultivo e água abundante e de fácil acesso para ali se arrancar novamente, o que impossibilita a fixação em determinados territórios por um longo período. Ou poderia ser acossado por alguém com maiores recursos que se dizia ser o legítimo detentor do domínio territorial do lugar ocupado, em um tempo em que a terra era explorada coletivamente e não possuía valor expressivo de riqueza. A riqueza e o status social de algumas famílias proeminentes era calculado não necessariamente pela posse da terra, mas pela infraestrutura instalada nas propriedades que possibilitassem produzir para atender as necessidades básicas de autossustentação através do manejo da terra e do gado (vacum, cavalari e mular) e, especialmente, na produção de agro-manufaturados da cana-de-açúcar, com destaque para a aguardente, rapaduras e açúcar mascavo e doces que eram os principais produtos, além do gado, que poderia gerar um excedente comercializável nos restritos mercados locais e regionais.

Se produzissem em muita abundância não tinham para quem vender ou trocar e poucos eram os artigos exportáveis, sendo geralmente, produtos exóticos como, peles de animais selvagens, couros e doces cristalizados. O gado era o principal produto de exportação e fonte de renda dos fazendeiros cujos rebanhos eram conduzidos a Bambuí e Formiga em Minas Gerais. Sendo muitos distantes dos principais mercados consumidores, os fazendeiros “eram forçados a vendê-los ao preço que lhes eram oferecidos” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 27). Todos os produtos comercializáveis poderiam se transformar em moeda de troca em substituição à falta de moedas ou dinheiro em circulação em Goiás. A presença da moeda ou dinheiro era tão rara que mesmo os serviços de um jornaleiro, conforme a literatura dos viajantes, memorialistas e os depoimentos de velhos lavradores agregados (já do final do século XX), sobre quando trabalhavam nas fazendas, isto antes de 1960, eram pagos em sua grande maioria com produtos da terra ou de criação: como arroz, feijão, milho, manteiga de porco, farinha, bezerros etc.

Saint-Hilaire ao passar por Goiás, em 1819, chegou a ouvir o clamor de trabalhadores braçais livres que encontravam grandes dificuldades em receber seus pagamentos, mesmo sendo o valor inexpressivo de 600 réis por semana. Em Santa Luzia, conforme relato do viajante francês, “alguns negros me disseram que preferiam ganhar um vintém por dia catando ouro no córrego de Santa Luzia do que receber quatro vinténs trabalhando nas fazendas, onde o pagamento era feito com mantimentos, os quais eles não conseguem vender” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 27).

Fazendas bem estruturadas e produtivas eram situações raras e singulares. Poucos eram os casos de propriedades relatados que possuísse uma infraestrutura que produzisse tudo o que era necessário e conseguisse gerar produção excedente para ser comercializado ou trocado no restrito mercado local e regional, quando se analisa os inventários *post-mortem*, a literatura dos viajantes e memórias do período. Além de requerer alguma habilidade técnica, a infraestrutura mínima (engenhos, casas de purgar, grandes tachos e alambiques de cobre) era extremamente cara e não estava disponível em qualquer propriedade. Nesta época, a posse da terra em si, além de ser muito abundante e acessível, era considerada um bem de uso coletivo. Em uma sociedade agrária composta de lavradores e criadores de economia de autossustentabilidade, a terra ainda não era considerada propriedade privada individual e absoluta, nem mercadoria muito valorizada como na atualidade e, portanto, não expressava a principal riqueza de um indivíduo.

A riqueza estava assentada na capacidade do fazendeiro de impor seu domínio sobre o território, e associada à infraestrutura básica de produção em seus domínios o que envolvia, também, uma quantidade expressiva de pessoas dependentes agregada às propriedades como lavradores e lavradoras que mantinham relações sociais de trabalho baseadas em laços familiares, no compadrio, camaradagem e escravidão que, garantisse a produção de um excedente comercializável que pudesse integrar alguns fazendeiros a um rede de comércio local e regional que lhes garantisse o acesso ao capital monetário circulante que garantia a alguns fazendeiros a notoriedade, distinção e singularidade em uma sociedade tipicamente agrária e patrimonialista.

Singularidade como a encontrada por Saint-Hilaire na chácara de São João Evangelista, do vigário do arraial de Santa Luzia João Teixeira Alvarez, considerado um homem culto, erudito e conhecedor e aplicador dos métodos do Tratado *da Cultura das Terras de Duhamel* na sua propriedade, com a utilização da “charrua para arar as terras que tinham sido invadidas pelo capim-gordura [...] que tinham sido preparadas com arado e adubadas, e a cana produzida era excelente. [...] Além disso, criava bois, e com a lã de um numeroso rebanho de carneiros fabricava chapéus em sua casa, os quais encontravam venda fácil” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 28).

Outra singularidade foi o caso do proprietário Joaquim Alves de Oliveira, de Meia Ponte (Pirenópolis-GO), que possuía uma fazenda muito bem instalada e produtiva em que ele podia observar e acompanhar todas as atividades desenvolvidas na propriedade. Possuía um engenho bem instalado e conjugado a casa construído de maneira

que da sala de jantar pudesse ser visto o trabalho que se fazia junto às caldeiras e da varanda, o que se passava no moinho de cana. Este último dava para um pátio quadrado. O corpo da casa se prolongava numa série de construções, que formavam um dos lados do pátio, nas quais estavam instaladas a selaria, as oficinas de serralheiro, a sala de arreios, e finalmente, a cocheira. Do outro lado era constituído pelos alojamentos dos escravos casados. [...] os quartos dos solteiros ficavam situados a uma boa distância dos alojamentos dos casados (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 98-99).

A fazenda além de produzir para o mercado externo caracteriza-se como uma unidade produtiva autossuficiente pois, quase tudo o que era necessário para o consumo, trabalho e atividades do dia-a-dia era produzido na propriedade que contava com chiqueiro, paiol, moinho de farinha, havendo ainda máquinas de descascar mandioca, descaroçar algodão, a fábrica de fiação, além do engenho de cana com toda a infraestrutura (fornos de engenho de açúcar, casa de purgar, alambique etc.), “um tambor horizontal movido a água punha em movimento doze pequenas máquinas de descaroçar algodão. Era também movida a água a máquina de descascar mandioca” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 99).

Ou seja, produzir para além da subsistência era um desafio concretizável para poucos que conseguiam colocar produtos nos mercados locais e regionais, o que dava aspectos singulares e distinção a alguns indivíduos que conseguissem se sobressair e tirar proveito da situação de isolamento a que estavam sujeitos os goianos do tempo que os viajantes europeus percorreram pelas terras de Goiás.

O que, de certa forma, dava a impressão e sensação de “indolência”, “tédio”, “preguiça” e “pobreza” em relação aos habitantes de Goiás daqueles tempos, por parte dos viajantes e administradores provinciais oriundos de centros urbanos e que estavam de passagem e deixaram relatado nos seus registros de viagens e documentos oficiais administrativos. Conforme observou a maioria propriedades

possuía no máximo duas ou três vacas que lhes forneciam um pouco de leite. Suas roupas [...] se resumem nuns calções de algodão grosso e numa camisa do mesmo tecido, usada com fraldas pra fora. Os mais abastados acrescentavam a essa indumentária um colete de lã (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 120).

A preocupação das famílias de entrantes e ocupantes do Planalto Central do século XIX estava na luta pela sobrevivência, que se resumia em produzir aquilo que fosse necessário às necessidades alimentares e consumo ao longo dos anos da família, agregados e dos poucos escravos que possuísem. Se produzisse excedente, não tinha para quem trocar ou comercializar. Apesar das dificuldades naturais de recursos e transportes e, de certa forma, de isolamento, a terra fornecia com abundância tudo o que era necessário aos goianos. Sem qualquer acesso a inovações tecnológicas, por mais simples que fosse, a estrutura social e econômica era predominantemente de autossuficiência, pois produzia-se quase tudo o que

era necessário nas fazendas, além dos alimentos básicos da alimentação, e vestia-se “de tecidos grosseiros de algodão ou lã produzidos em casa [...] suas casas, mesmo as mais cuidadas, **tinha** geralmente como mobiliários apenas bancos de madeira e tamboretos forrados de couro” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 27. **Grifo nosso**).

Devido à falta de moedas ou dinheiro quase tudo era comprado a crédito e mesmo os agricultores e pecuaristas que detinham domínios de grandes extensões de terra, passavam meses “comendo alimentos sem sal, por não poderem comprá-lo. E quando o vigário **percorria** as fazendas, para a confissão pascal, acontece muitas vezes que todas as mulheres de uma mesma família se **apresentavam** diante dele, uma de cada vez, usando o mesmo vestido (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 27).

Relatórios dos presidentes de província ao longo do século XIX lamentavam o problema da falta de moedas que dificultava o crescimento regular da arrecadação das contas públicas e a dificuldade de encontrar coletores de impostos pois a maioria pedia demissão. Conforme relatou em 1837, o então presidente da Província, Luiz Gonzaga de Camargo Fleury chegou a afirmar que

muitos lavradores e criadores sentiam-se intimidados a se negavam a pagar os impostos, pois declaravam não ter dinheiro, a não ser punhados de cobre punçado. Os coletores só podiam receber de tal moeda até a quantia de mil réis, o restante do imposto devido acabava ficando sem pagamento. [...] os devedores só possuíam os produtos da terra, o que não resolvia o problema, porque o governo provincial não tinha como vendê-los (MEMÓRIAS GOIANAS, 1986. p. 131).

Alguns poucos produtos de origem industrial utilizados no dia a dia, como utensílios de ferro e cobre, eram adquiridos nos mercados locais a preços demasiados. Homem ou mulher que tivesse um pouco de sentimentos de vaidade e ostentação e desejasse trajes especiais para os dias de festas como vestidos, colares, brincos, lenços de musselina, uma capa de lã ou um chapéu de feltro os preços destes artigos eram exorbitantes e “bastava para carrear para fora da região o pouco de ouro ou dinheiro que circulava **em Goiás daqueles tempos**” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 27. **Grifo nosso**).

Essa situação era agravada pelo fato de Goiás no século XIX importar mais e exportar menos, conforme relatou Cunha Mattos, “tudo vai para o Rio de Janeiro, e na comarca de Goyaz fica somente pouco cobre para circulação, e é provável que em toda ela não girem em torno de trinta mil cruzados; pois tal a escassez no numerário que em alguns arraiais, a moeda corrente são novelos de algodão fiado” (CUNHA MATTOS, 1874, p.284). De acordo com Hamilton Oliveira (2006) “em 1840, 40,7% dos impostos devidos deixaram de ser arrecadados; em 1844, 42,8%; em 1847, 41,3%; em 1848 44,7%; e em 1849 55,3%.

A falta de moedas foi uma situação constante em Goiás e atravessou o século XIX e, provavelmente, estendeu-se à primeira metade do século XX. O que restava de moedas e dinheiro em circulação “concentrava-se nas mãos de poucos, que não os faziam circular e preferia emprestá-los a juros” (OLIVEIRA, 2006, p. 129). Conforme o exemplo de uma outra figura singular, coronel Hermenegildo Lopes de Moraes, que pode ser considerado um proeminente e rico capitalista de Goiás que, ao fim do século XIX, soube tirar proveito e vantagens econômicas e políticas desta situação de isolamento ao monopolizar o comércio e o crédito no sul de Goiás. Ao falecer em 1905, deixou fortuna avaliada em seu inventário post-mortem no valor de 1.774.775\$476 (mil setecentos e setenta e quatro contos de réis), deste montante 36% (seiscentos e trinta contos de réis) eram de dívidas a receber de uma longa lista de dezenas de indivíduos de Goiás e do Triângulo Mineiro que contraíram empréstimos a juros que variam de 1 a 2,5% por nota promissória assinada. Outros 42% (setecentos e quarenta contos) estavam investidos em compras de títulos da dívida pública. Os bens imóveis, que abrangiam, basicamente as propriedades rurais com cerca de 60 mil alqueires goianos de extensão, representavam apenas 14% (duzentos e cinquenta e seis contos de réis) da sua riqueza inventariada.

De acordo com Victor Nunes Leal, o coronel Hermenegildo fazia parte desta elite agrária, que apesar do relativo isolamento geográfico, que tinha facilidade de capitalizar recursos e obter financiamento, mercadorias e dinheiro que se convertiam no oferecimento de favores a uma população rural composta, em sua grande maioria, de lavradores e agregados e “proprietários” que tiravam o sustento no trabalho com a terra (LEAL, 1997).

Enquanto isso, no continente europeu assistia, nas localidades onde se concentravam os maiores fluxos populacionais, o acelerar das transformações da paisagem, do ritmo da vida e do trabalho, já regulado pelo tempo do relógio e pela disciplina do trabalho começava a ganhar o espaço nas fábricas e a controlar a vida urbana, sobretudo, com a utilização mais eficiente do carvão e da água como fontes de energia que movia as ferrovias e primeiras máquinas utilizadas no processo produtivo das fábricas inglesas e em outros países europeus que também passaram pelo processo de industrialização.

Como a França, que conforme o observou o historiador Mac Bloch, as ferrovias neste período foram os principais meios de transporte e comunicação que, além de terem sido responsáveis pela transformação na paisagem urbana e rural, bem como, por criarem as primeiras condições de mecanização da agricultura e o início do uso da adubação química “pela difusão do banho de cal na lavoura, bem como o uso de adubos artificiais. Regiões outrora pobres tornaram-se abastadas” (BLOCH, 2001, p. 249).

O desenvolvimento de Goiás no contexto da expansão industrial capitalista no século XX

Foi com a difusão da revolução tecnológica e científica promovida pela Revolução Industrial que o homem aprendeu a “dominar” a natureza com eficiência auxiliada do conhecimento técnico-científico “dobrou a natureza à nova economia: esse solo, ao qual faltavam cálcio e fósforo, à força do *tangue*² roubado à beira dos mares, de cal e dos adubos químicos, fez dela uma terra fértil” (BLOCH, 2001, p. 478). Tanto que naquela época já prevalecia um provérbio entre os agricultores franceses “para bem cultivar seu campo, é preciso ir frequentemente à estação” (BLOCH, 2001, p. 249).

Porém, esse processo de industrialização e urbanização não pode ser considerado como sendo um fenômeno generalizado e difuso. O historiador Marc Bloch relata que, mesmo na França, já nas primeiras décadas do século XX, o típico camponês tradicional que vivia secularmente do trabalho com a terra, em sua grande maioria, “não tinha interesse de aumentar a sua própria produção [...] **para ele** o mercado **era algo** misterioso e de um pouco perigoso. Sua principal preocupação era, muito antes, a de conservar mais ou menos intacto seu modo de vida tradicional” (BLOCH, 2001, p. 568. **Grifo nosso**).

Conforme relatos colhidos por Antônio Cândido de pessoas mais velhas de comunidades rurais tradicionais ainda existentes no interior de São Paulo na década de 1950, o desejo dos camponeses ia, de certa forma, no mesmo sentido do exemplo do tradicional camponês francês descrito por Marc Bloch, isto é, “era de comer e fazer comer aos seus filhos e netos de tal maneira que se esquecessem do que era a fome” (CANDIDO, 1964, p. 16). Ou seja, em todos os lugares em que a mecanização da produção agrícola foi ganhando espaço, o pequeno camponês tradicional, em si, não compreendia e não era sensível em relação à necessidade de aumentar a sua produção para além das suas necessidades de consumo

Na Europa, nos princípios do século XX, conforme aponta Mélard, em 1900, as áreas de matas ocupavam

60% do território da Finlândia, 40 % da Suécia, 38% do Canadá, 32% da Rússia, 30% da Áustria-Hungria, 25% nos EUA, 23% na Alemanha, 21% na Noruega, a 20% da Suíça, 18% na França, 17% na Bélgica, a 14% na Itália e na Romênia, a 13% na Grécia e na Espanha, a 7% nos Países-Baixos, a 6% na Dinamarca e 4% na Grã-Bretanha (MÉLARD, 1900, p. 78; *apud* RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL, 1923, VOL 3, p. 11).

No entanto, na virada do século XIX para o século XX, nos países do Norte, especialmente nas economias centrais do capitalismo industrial como Alemanha, EUA, Grã-

² Depósito ferroso que serve de adubo.

Bretanha, França, Itália e Países Baixos, por exemplo, já estavam como suas reservas florestais em seus territórios bastante reduzidas. Mesmo assim, havia a necessidade crescente de novos mercados para os produtos industrializados, bem como, de matérias-primas e, especialmente, alimentos para o abastecimento de uma população crescente que migrava para os centros urbanos da Europa.

Embora o capitalismo fosse em uma escala bem mais globalizado nos fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, o mundo ainda não era predominantemente urbanizado e industrializado, sobretudo, nos países e continentes abaixo da linha do Equador, como o Brasil, cujos principais agentes econômicos e políticos tinham uma grande fome e desejo pela modernidade e progresso pela via da integração aos grandes mercados. Em Goiás a economia local pouco havia mudado e o ritmo da vida e do trabalho continua regulado pela Natureza a produção agrícola e a pecuária continuava como atividades extensivas.

Conforme informações do primeiro Censo Agrícola do Brasil de 1920, estimava-se que mais de 500 milhões de hectares da superfície brasileira estava coberta de matas com:

Amazonas 168.342.700 (91,8% da superfície total do Estado); Pará 92.195.400 hectares(75,6%); Mato Grosso 60.679.900 (39%); Minas Gerais 27.861.900 hectares (45,8%); Bahia 21.543.600 hectares (36,7%); Território do Acre 19.200.000 hectares (100%); Goiás 17.936.200 hectares (28%); São Paulo 16.175.000 hectares 64,7% ; Paraná 16.035.000 hectares (83,4%); Santa Catarina 8.678.900 (78,7%); Ceará 6;795.100 hectares (43,1%); Piauí 6.421.900 hectares (25,4%); Rio de Janeiro 3.598.100hectares 81,1%); Pernambuco 3.250.100 hectares (31,1%); Espírito Santo 2.994.200 hectares (76,5%); Paraíba 1.980.900 hectares (36,5%); Rio Grande do Norte 1.431.400 hectares (25,4%); Sergipe 897.000 hectares (41,1%); e, finalmente Alagoas 852.500 hectares (27,9%) (RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL, 1923, VOL 3, p. 11).

Os dados do primeiro Censo Agrícola do Brasil de 1920 revelaram às novas e emergentes elites brasileiras, ávidas e desejosas pelo progresso, que havia um grande abismo entre os países industrializados do Norte e o Brasil, onde o ritmo da vida e do trabalho seguia o curso da Natureza e “o cavalo, o boi, a mula, o homem, ou o barco ainda determinava a velocidade do transporte” (HOBSBAWM, 1982, p.79).

Devido à sua condição de relativo “isolamento” e “despovoamento”, na década de 1920, Goiás era um dos estados que tinham as terras comercialmente mais desvalorizadas, juntamente com os estados do Acre, Amazonas e Mato Grosso com valores médios entre 6 mil e 10 mil réis o hectare (RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL, 1923, VOL 3, p. 03). Possuía, também, os menores índices populacionais e número de estabelecimentos rurais registrados com 2,5 estabelecimentos por 100Km² de sua superfície total e 6,7 de estabelecimentos por 100Km² de área recenseada (RECENSEAMENTO GERAL DO

BRASIL, 1923, VOL 3, p. 13). Mas 60% do seu território, que incluía o Estado do Tocantins, encontrava-se como terras devolutas.

Para atender as expectativas dos industriais e capitalistas que, por um lado, queriam novos mercados consumidores e fornecedores de matérias-primas e produtos agrícolas e, por outro, os interesses das elites agrárias regionais desejosas e sedentas pela modernização e progresso, a partir dos fins do século XIX, quando o capitalismo entrava em sua nova fase imperialista e global as políticas geopolíticas internacionais foi a de promover a “inserção das economias dependentes, às novidades tecnológicas, especialmente, o financiamento e a construção de ferrovias visando a inserção das economias “periféricas” dos continentes abaixo da linha do Equador às economias centrais do capitalismo industrial como principais fornecedoras de matérias-primas, produtos agrícolas e extrativistas.

Paul Lafargue (2001) deixou evidenciadas essas intenções das nações imperialistas e industrializadas, que estrategicamente passaram a disseminar um novo “culto” baseados nos princípios da racionalidade econômica: o “deus Progresso, primogênito do Trabalho”. Justamente porque, nesta época, as nações industriais e capitalistas precisavam resolver o seu problema de superprodução e caminhavam para uma nova fase, conhecida historicamente, como neocolonial ou imperialista. E, para saciar esse mercado crescente, era preciso incutir novos vícios e hábitos de consumo do mundo europeu para além-mar, especialmente, nos continentes abaixo da linha do Equador. A grande ansiedade dos industriais dos tempos de Lafargue era para com as regiões onde a economia de mercado e consumo ainda não haviam chegado.

E era preciso estimular o desenvolvimento destas regiões e integrá-las à economia global pelas estradas de ferro que deveriam cortar os continentes, com o objetivo de descobrir as

maravilhas desconhecidas e ocultas no "continente negro"! Há campos plantados com dentes de elefantes, rios de óleo de coco arrastando fios de ouro, milhões de negros, nus, aguardando os tecidos de algodão para aprenderem a decência, além das garrafas de aguardente e as bíblias para conhecerem as virtudes da civilização (LAFARGUE, 2001, p.166).

O que ficava evidente é que havia uma consciência nas economias centrais do capitalismo e que era necessário o alargamento dos mercados consumidores para os produtos industriais baseado “no implemento das técnicas de comunicação e transportes, estenderia sua ação por todo o globo, penetrando ou destruindo economias pré ou não capitalistas” (MENDONÇA, 1997, p.19).

Apesar da expansão do capitalismo industrial do final do século XIX até meados do século XX, pelas descrições apresentadas por viajantes e memorialistas que percorreram a região do Cerrado neste período, bem como, pelos estudos econômicos baseados em informações censitárias e com inventários *post-mortem*, seguramente, em muitas localidades percorridas por Saint-Hilaire há mais de 100 anos pouco ou nada havia mudado em Goiás até meados até 1920. Os ritmos da vida e do trabalho continuavam regulados pela Natureza, a produção agrícola e a pecuária continuavam em muitas localidades, especialmente ao Norte do Estado, como atividades extensivas e a de autossustentância até meados do século XX.

Em escala mundial “o meio rural abrangia 75% da humanidade, daí retirando seus proventos, no esforço quase sempre pausado e lento de inovar as formas de organização social e vivência em comum” (LINHARES, 1997, p. 166). Enquanto em alguns países da Europa, bem como, nos EUA o processo de industrialização revolucionava também a produção no campo, no Planalto Central do Brasil a Natureza continuava imperante e o homem era imperceptível diante da sua grandiosidade e capacidade de resiliência em relação às ações humanas. Tal modelo e desenvolvimento garantiam em várias partes do mundo o equilíbrio entre a produção, consumo, área cultivada e área de cobertura vegetal preservada.

Embora houvesse certa especialização em relação à produção de alguns produtos como o café, cana-de-açúcar e cacau para o mercado externo, no sistema produtivo agrário prevalecia a necessidade do cultivo de múltiplas culturas com modalidades diversas de intensidade e usos do solo em que a produção e a criação no geral não tinham como finalidade principal o mercado, mas, o atendimento das necessidades de consumo das famílias brasileiras que viviam da terra e residiam em pequenas vilas e cidades. Tanto que os principais produtos agrícolas cultivados no Brasil, segundo o Censo Agrícola de 1920, era o milho que representava 36,9% de toda a área cultivada recenseada, seguido pelo café como 33,4%, feijão 10,1%, arroz 8%, cana-de-açúcar 6,7%, algodão 5,7%, cacau com 3%, trigo 2%, maniçoba 1,9% e fumo 1,6% (RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL, 1923, VOL 3, p. 05). Com exceção do café, do cacau e, em parte da produção de açúcar, toda a produção agrícola brasileira era voltada, basicamente, para o abastecimento do mercado interno.

No Brasil, a pecuária e a pequena lavoura, voltadas para o abastecimento interno se desenvolviam paralelamente às grandes lavouras de cana-de-açúcar, de café e cacau destinados aos mercados externos. A produção de uma maneira geral, mesmo as mais especializadas, eram baseadas nos métodos tradicionais de cultivo (derrubada/queimada) que se assinalava pela lavoura itinerante, de pousio longo com rotação de floresta/culturas

que “caracterizavam-se pela ausência da prática de refertilização dos solos” (LINHARES, 1997, p. 176).

Os dados do primeiro Censo Agrícola de Brasil de 1920 revelaram à jovem elite econômica, política e cultural emergente que nasceu nos fins do século XIX que país ainda era uma grande fronteira a ser desbravada, conquistada e explorada nos princípios da racionalidade econômica, que prevalecia nas economias centrais do capitalismo. Ideias e princípios que foram absorvidas por estes novos agentes econômicos, políticos e intelectuais. Estes novos agentes, de viés republicano, defendiam que o Brasil precisava trilhar os caminhos do progresso e da modernidade para se tornar uma grande nação, especialmente, com o exemplo dos EUA, que já eram uma emergente potência capitalista e industrial.

A descrição de Oliveira Viana, na parte introdutória do Recenseamento Geral do Brasil de 1920, sintetiza esse desejo, mas que, para ser alcançado seria necessária uma intermitente batalha entre o homem e a Natureza no território brasileiro. E o exemplo paulista já era exaltado neste campo de batalha personificado na figura dos novos “bandeirantes” da modernidade e do progresso:

São os imensuráveis sertões do oeste paulista, compreendidos nas bacias do Paranapanema, do Tietê, do Mogy-Guassu e do Pardo, onde se está travando a nossa grande batalha do homem contra a floresta tropical e o deserto. [...] Começam os paulistas o seu assalto à floresta pelas colinas e taboleiros que circunda o vali amplíssimo do Mogi-Guassú, cuja mataria devastam rapidamente; entram o vale do Rio Pardo e o cobrem de cafezais; buscam as chapadas e encostas florestais do Tietê e estendem por elas os seus latifúndios verdejantes; [...] em dez anos 1890 a 1900, eles desbastam, mondram e cultivam mais de um milhão de hectares, conquistados à mata virgem, plantam para mais de 700 milhões de cafeeiros, inundam com uma avalanche de mais de 10 milhões de sacas os entrepostos de Santos e os mercados do mundo (RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL, 1920, VOL. I, p. 307-308).

O sentimento que prevaleceu no Brasil entre os principais agentes políticos, econômicos e intelectuais durante a maior parte do século XX era que o país carecia de ser ocupado e a figura mitológica do bandeirante, esquecida no século XIX, acabou sendo revigorada a partir da década de 1920. Oliveira Viana e Cassiano Ricardo foram os principais expoentes de difusão da figura dos bandeirantes desbravadores e que foram inclusive difundidas pela historiografia oficial e nos manuais de história do período. O bandeirante era retratado como personagem que o brasileiro tinha de se orgulhar e até mesmo sentir-se como sendo um desbravador pois, para Cassiano Ricardo “todo brasileiro que abre caminhos novos é, hoje, um bandeirante” (DUTRA E SILVA, 2009, p. 29)

Neste contexto de desenvolvimento brasileiro da primeira metade do século XX, não era somente as florestas que representavam o empecilho para a modernidade e o progresso,

mas, também a população autóctone que ocuparam as terras de produção econômica autossuficiente – originalmente dos séculos XVIII e XIX , mas, considerada atrasada e decadente, bem como, as comunidades de povos originais indígenas (e quilombolas) que tivessem pelo caminho - deveriam ser desalojados ou inseridos ao processo civilizatório por meio da educação para o trabalho. Daí a exaltação de Oliveira Viana, também, das figuras dos “bugreiros e grileiros” considerando suas ações legítimas pois

o bugreiro vence o obstáculo material, que é o índio nômade, povoador infecundo da floresta fecunda. Há, porém, outro obstáculo, obstáculo jurídico, que é o direito à propriedade. [...] Estas terras quando não pertencem ao Estado, se conservam inexploradas e virgens, mas “apropriadas” por latifúndios atrasadões (*sic*), muito ciosos da grandeza dos seus latifúndios – velhos barbaças que as detêm aos milheiros de alqueires para tirar delas um prato de feijão e uns porquinhos de ceva - É ao grileiro que cabe resolver esta dificuldade (RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL, 1920, Vol. I, p.380).

Neste mesmo contexto, em 1914, Monteiro Lobato criou o personagem Jeca Tatu, artigo Urupês, publicado no jornal O Estado de São Paulo, inspirado no caipira da região do Vale do Paraíba que poderia ser esses “velhos barbaças” atrasados e avessos ao progresso, bem como, o grosso da população rural brasileira que residiam no campo e alheios e avessos a qualquer mudança. Segundo Schwarcz e Starling (2015), para Monteiro Lobato, era nos sertões que estava o verdadeiro Brasil nas suas “casas de pau a pique na versão mineira (e goiana); das cafuas na Chapada Diamantina; do mocambo nordestino; ou das palhoças dos ribeirinhos” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.345).

O Jeca Tatú de Monteiro Lobato era a síntese caricatural da grande maioria da população brasileira que vivia nos sertões longe do progresso e da civilização. Era o caipira “sem-terra, sem saúde, sem socorro e sem ter o que fazer com o que colhe”, a expressão do caboclo (roceiro) que habitava o interior do Brasil antes que a modernização tivesse chegado ao campo. Para Lobato e demais agentes defensores da modernização e do progresso no período, o Brasil somente seria transformado “se cada criança, ao nascer, dessa sua contribuição para lhe modernizar a agricultura, racionalizar a exploração dos recursos minerais e crivá-lo de indústrias” (COSTA E SILVA, 2000, p. 24).

Os princípios que nortearam as políticas desenvolvimentistas que, embora apregoassem princípios da modernidade e progresso para alavancar o crescimento econômico brasileiro, não se desvencilharam das tradições do seu passado colonial escravocrata e excludente que movia os primeiros colonizadores: “promover a destruição da paisagem natural e dos povos autóctones para abrir os sertões ao avanço da lavoura cafeeira e as forças motrizes do progresso que se complementava na ferrovia, no colono estrangeiro e na urbanização (PACHECO; PEREIRA, 2012, p. 8). Neste cenário, o grileiro, de acordo

com palavras de Oliveira Viana, é “que vai dar ao colonizador progressivo, cheio de ambição e de capitais, o direito de explorar este tesouro infecundo” (RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL, 1920, Vol. I, p.380).

Imbuídos destes mesmos ideários desenvolvimentistas, a partir da década de 1930, com a ascensão dos novos grupos políticos e econômicos que ascenderam ao poder em Goiás com Getúlio Vargas, Pedro Ludovico Teixeira foi nomeado interventor no Estado. E para alavancar o progresso em Goiás e a ruptura com o seu passado de atraso, propôs a mudança da capital da cidade de Goiás para Goiânia, cidade que foi idealizada e planejada para ser uma cidade moderna de onde partiriam “os vigorosos impulsos coletivos”, um grande centro de trabalho, “uma grande escola em que se podem educar e apurar os principais elementos do espírito e do físico do homem e uma fonte poderosas de energias sem as quais os povos não progredem e não prosperam” (GODOY, 1942, p. 14).

Nesta mesma perspectiva de cidade moderna e impulsionadora do progresso e com caráter civilizatório, Juscelino Kubitschek, encampou em seu projeto de governo 50 anos em 5, a materialização da transferência da Capital Federal para Brasília, fato que ele considerou como

ato renovador, um ato político criador, um ato que, impulsionado pelo crescimento nacional [...] virá promover a fundação de uma nova era para a nossa pátria. [...] Em torno desta vastidão, os descampados, o país por conquistar [...] necessitamos ocupar nosso país, possuir a terra, marchar para o oeste, voltar as costas para o mar e, não permanecer eternamente com os olhos fixos nas águas. [...] A fundação de Brasília é a marcha para o interior em sua plenitude. É a completa consumação da posse da terra. Vamos erguer no coração do nosso país um poderoso centro de irradiação de vida e progresso (BRASÍLIA, 1957, Ano 1 n. 1, p.2).

Sentimentos que perduraram para além de meados do século XX, conforme expressas nas palavras de Fernando Ferrari, escritas em 1958, de uma Natureza abundante idílica e “intocada” a homens desbravadores e portadores de um espírito de aventura que a construção de Brasília estava despertando no Brasil, conforme mentalidade vigente na época,

uma natureza privilegiada, um solo, uma fauna, uma flora, um subsolo riquíssimo como não há outros no mundo inteiro e uma natureza praticamente abrindo seu seio ubérrimo ao homem para que ele a intérprete, para que ele a trabalhe, para que ele a explore, para que ele marche em busca da história (BRASÍLIA, 1958, Ano 2 n.º 24, p. 3).

De acordo com Sérgio Buarque de Holanda (1995, p. 45) no Brasil “a obra da conquista e da colonização que prevaleceu foi a ética do espírito da aventura”. A mesma ética dos primeiros colonizadores que nortearam as políticas econômicas desenvolvimentistas do século XX para o Centro-Oeste e Norte, em que a pecuária continuou sendo

a vanguarda da expansão agrícola. O curral precede a fazenda e o engenho. Depois do vaqueiro vem o lavrador. [...] O processo seguido geralmente na conquista é o “povoamento” preliminar, isto é, o desbravamento da terra, a repulsão dos índios, a eliminação das feras, o amanho dos campos, a formação dos rebanhos. Depois alegando estes serviços, é que requer o “povoador” a concessão da sesmaria (RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL, 1920, VOL. I, p.288-295).

Os mesmos princípios da colonização portuguesa caracterizados pelo espírito da aventura e do imprevisto, marcado pela violência contra os povos originários indígenas, a população cabocla mestiça e afrodescendentes persistiram (e ainda persiste) durante o século XX. A floresta, o índio e o negro insubmisso eram considerados os grandes obstáculos a serem vencidos pela empresa colonizadora e de conquista dos sertões inexplorados e com riqueza abundante bastava apenas “a ousadia, não riqueza que custa trabalho. [...] Todos queriam extrair do solo excessivos benefícios sem grandes sacrifícios. [...] queriam servir-se da terra, não como senhores, mas como usufrutuários, só para desfrutarem e a deixar destruída” (HOLLANDA, 1995, p.47-52).

O Brasil no século XX se consolidou como um país industrializado, “moderno” e integrado à economia capitalista global, porém, o seu modelo desenvolvimento e econômico e social continuou a ser predatório, concentrador de renda, propriedade e riqueza e, conseqüentemente, marcado pela excessiva exclusão e marginalização social. Embora seja um empreendimento metódico e racional, o princípio ético, moral e o ideal que prevaleceu foi da tradição colonizadora, do espírito da aventura o de “colher frutos sem plantar a árvore” (HOLLANDA, 1995, p.44). Frei Vicente do Salvador, como uma das testemunhas oculares dos primórdios da colonização do Brasil, já fazia menção e, de certa, forma evidenciava esse espírito aventureiro, espoliador e predatório dos primeiros colonizadores que apenas pretendiam colher rendas e direitos

por mais arraigados que na terra estejam, tudo pretendem levar para Portugal [...] porque tudo querem para lá, e isto tem só os que de lá vieram, mas ainda os que cá nasceram, que uns e outros usam da terra, não como senhores, mas como usufrutuários, só para desfrutarem, a deixarem destruída (SALVADOR, 2010, p. 68).

O aventureiro ignora as fronteiras e a Natureza, que se apresenta para ele como uma dádiva generosa, cabendo a ele, o desbravador, romper todos os obstáculos para domá-la para alcançar os seus propósitos ambiciosos. Os bandeirantes desbravadores era a síntese deste espírito aventureiro que, nos fins da década de 1950, no auge da construção de Brasília, era representado à época como um símbolo de brasilidade e que era retratado e exaltado pela imprensa. Nos discursos políticos e nas divulgações oficiais a dimensão do herói bandeirante era a de um supra-humano, como a referência a Bernardo Sayão, como um homem que “além

de desbravador, [...] fundava cidades no sentido moderno do termo [...], abria o mato a facção, atravessava o rio a nado, plantava um estabelecimento e ficava a frente d'ele como chefe, rei e juiz" (CORREIO DA MANHÃ, 1959, p.1).

De acordo com Dutra e Silva (2009), esse ressurgimento do velho mito bandeirante substituiu os referenciais dos velhos elementos motivadores (ouro, esmeraldas e índios a apresar) pelo discurso do progresso e desenvolvimento nacional. Ideário vigente no Brasil na década 1960, teve como grande expoente Bernardo Sayão, retratado como um bandeirante ao falecer em 13 janeiro de 1959, "atropelado" por uma árvore. O então presidente Juscelino Kubitschek fez questão de exaltar o seu caráter heroico no seu enfrentamento com a Natureza:

Morre em pé, no meio das últimas resistências da floresta imensa, quando o termo dos árduos trabalhos estava à vista [...] caiu num golpe fatal, vibrado por toda selva, através de um dos seus gigantes vegetais. Foi uma vingança da Natureza na pessoa desse bandeirante moderno, deste desbravador incompatível (KUBITSCHEK, 2022, p. 23-24).

Juscelino Kubitschek caracterizava Bernardo Sayão como um bandeirante desbravador moderno "que ao invés de usar botas, usava um teco-teco. Audácia, coragem, determinação, eis as qualidades que lhe exortavam o caráter" (KUBITSCHEK, 2022, p. 57). Para Israel Pinheiro, presidente da NOVACAP, empresa estatal responsável pelas obras da construção de Brasília, Berardo Sayão "morreu de forma gloriosa que só merecem os grandes comandantes. No centro da linha de fogo, empunhando suas armas prediletas: o trator e o machado. Sentido o cheiro verde da mata inimiga, sob o verdadeiro céu do Brasil" (BRASÍLIA, 1959, Ano 3, n.º 25, p. 5).

A palavra de ordem era o enfrentamento das forças da Natureza consideradas opositoras ao desenvolvimento e progresso nacional e que expressavam a consciência urbana de escritores, ideólogos, políticos e jornalistas, bem como, "o imaginário social de uma geração que não tinha vergonha em admitir e gostar de ver o mundão de árvores arrancadas: mitos e totens zangando-se de raiva na sua impotência" (DUTRA E SILVA, 2009, p. 102).

Neste contexto histórico, Goiás encravado no Centro-Oeste, em plena década de 1960, ainda era uma fronteira aberta à exploração econômica e precisava de grandes investimentos de capitais para o seu desbravamento e desenvolvimento. Era uma terra de oportunidades àqueles dotados de espírito de aventura e que pretendiam fazer fortuna, de uma forma relativamente rápida e fácil, com as possibilidades especulativas criadas pela transferência da capital federal para Brasília em 1960. Brasília era representada como um divisor de águas na passagem de um passado de atraso para um futuro de progresso, conforme frisou Juscelino Kubitschek,

a fundação de Brasília e um ato político cujo alcance não pode ser ignorado por ninguém. É a marcha para o interior em sua plenitude. É a completa consumação da posse da terra. Vamos erguer no coração do nosso país um poderoso centro de irradiação de vida e progresso (BRASÍLIA, 1957, Ano 1, n.3, p. 1).

Neste contexto, nos fins da década de 1950, conforme observações de Teixeira Leite (1959), a agricultura que prevalecia no Brasil era predominantemente extensiva e itinerante – exceto as lavouras de cana-de-açúcar e café. Os demais cultivos continuavam dependendo dos mesmos recursos tecnológicos seculares baseado no uso de ferramentais manuais individuais: o machado, a enxada e a foice auxiliado com o uso do fogo. Em decorrência da grande abundância de terras e devido às facilidades de acesso, mesmo sem emprego de novas técnicas de cultivo, “o lavrador tinha à sua disposição, grandes áreas para poder realizar com êxito suas lavouras” (TEIXEIRA LEITE, 1959, p. 128). E sem o uso de qualquer adubação química ou correção dos solos, sempre que fosse necessário, o agricultor poderia abandonar as terras esgotadas e buscar novas áreas de matas para serem, novamente, derrubadas e preparadas para novos plantios e, em seguida, transformadas em pastagens ou deixava o solo “descansar” para se formar novas capoeiras visando a recuperação natural do solo em um período de variava de três a seis anos “para cada hectare de solo aproveitável, **deveria** ter pelo ou menos dois, para assegurar a rotação empírica (TEIXEIRA LEITE, 1959, p. 130. **Grifo nosso**).

Em São Paulo, o estado de economia mais dinâmica e industrializada, na década de 1950, Antônio Cândido ao realizar suas pesquisas para sua tese na região do município de Bofete, no interior paulista, notou que a prática da queimada ainda era praticada entre os lavradores que acreditavam que a cinza resultante era um fertilizador, embora em longo prazo o resultado fosse a degradação inevitável do solo. “Mas poderia o lavrador tropical agir de outro modo? O seu método é rápido e dá em pouco tempo a terra de que precisa” (CANDIDO, 1964, p. 28).

Brasília emergiu no contexto histórico do pós-guerra ajudado por toda uma conjuntura econômica mundial marcada pelos altos índices de crescimento econômico das principais economias mundiais que, gradativamente, estavam se “desindustrializando” e fazendo a transferência de suas matrizes industriais e para outros continentes, especialmente, para a América Latina, Ásia e Oceania. Em países desejosos em superar a sua condição de atraso e que pretendiam se industrializar. Sentimentos que já estavam presentes no Brasil em “uma parcela da elite – política, econômica e intelectual - que proclamavam a falência do velho sistema de uma conjuntura externa difícil, criada a partir da crise de 1929” (FICO, 2000, p. 167).

Paradoxalmente quando nos países industrializados do Norte Ocidental começava-se a questionar os limites do crescimento econômico que não levava em conta os limites da Natureza e do Planeta Terra, no Brasil o discurso e as ações era, justamente, o contrário: havia uma necessidade de ruptura com a situação de atraso e promover o progresso, o crescimento e o desenvolvimento industrial e urbano a qualquer custo: endividamento externo, dependência econômica e tecnológica, a abertura ao capital e incentivos à instalação de indústrias internacionais no território nacional.

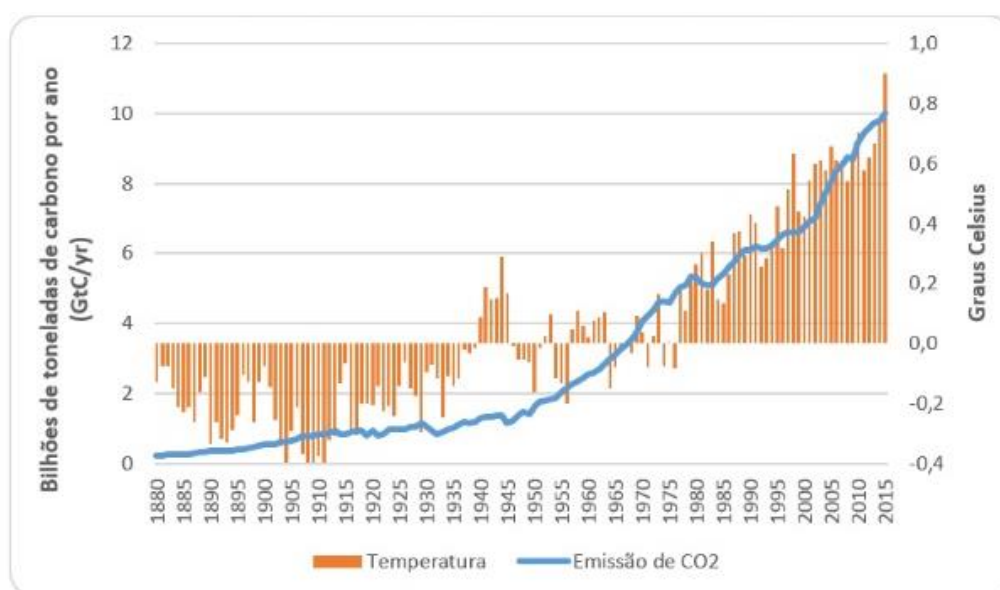


Figura 2: Aquecimento global e emissões de CO₂: 1880-1915
Fonte: ALVES, 2016

Em escala mundial, paradoxalmente, nunca se desmatou, produziu e consumiu tanto depois de 1950, conseqüentemente, o que pode levado ao agravamento dos problemas ambientais e o aquecimento global que, coincidentemente, se acentuou a partir deste período. Conforme nota-se na Figura 2 as emissões de CO₂ e de aquecimento da temperatura no Planeta Terra tiveram crescimento exponencial, sobretudo, depois de 1965, quando se intensificaram os desmatamentos nos países abaixo da linha do Equador e, por outro lado, houve a ampliação da produção industrial e do consumo no mundo que passou a ter, também, grande maioria da população vivendo e trabalhando em centros urbanos.

Houve, também, grandes avanços na produção agrícola e pecuária que somente foram possíveis devido ao desenvolvimento tecnológico e científico provocado pela Revolução Industrial e que persiste até a atualidade. Possibilitou a melhoria na produção, tanto em quantidade e qualidade com a aplicação de novas técnicas de cultivo e manejo das

pastagens, plantações boas como, o uso de maquinários e a fertilização da terra. E por último, o melhoramento genético das plantas e dos animais. Essas transformações ampliaram a produção agrícola e a criação de animais por metro quadrado, o que “levou à duplicação da produção e da produtividade do trabalho **no campo**, com um aumento muito expressivo das disponibilidades alimentares e do excedente agrícola comercializável” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 367. **Grifo nosso**).

As políticas desenvolvimentistas aplicadas após o governo de Juscelino Kubitschek, inserem-se no contexto de globalização do capitalismo sob a hegemonia do imperialismo norte-americano que promoveu a expansão da economia de mercado pelo mundo com o fim da Segunda Guerra Mundial. Foi a partir deste contexto que se consolidou a integração da economia goiana ao mercado nacional e internacional com a expansão da agricultura e da pecuária em larga escala sobre o Cerrado o que tem elevado, atualmente, “a ampliação do debate em torno das políticas ambientalistas e dos impactos causados pelo modelo de produção agroindustrial vigente” (SILVA; PEREIRA, 2016, p.215.).

O cultivo tradicional baseado em pequenas unidades produtivas autossuficientes deu lugar a grandes áreas agricultáveis que acabavam por levar o pequeno agricultor a vender suas terras e a modernização tecnológica de alto custo inviabilizou a competitividade entre o pequeno e grande agricultor. Milhões de famílias de lavradores rurais sem-terra ficaram impedidos do acesso à terra e foram expulsos do campo pelos proprietários das fazendas, sobretudo, após a promulgação da Lei do Usucapião em 1981³.

³Lei n.º 6969 de 10 de dezembro de 1981. Ver: [L6969 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br).

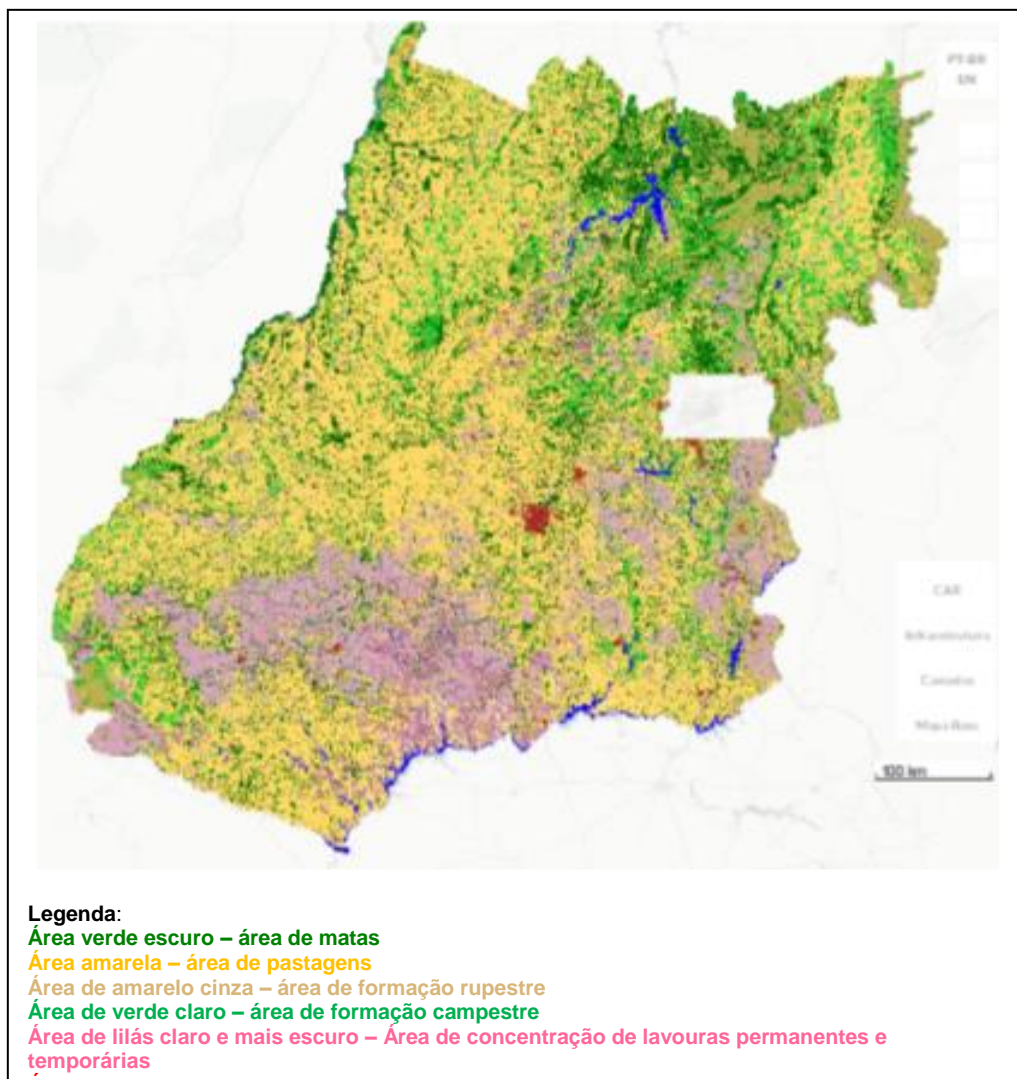


Figura 3: Ocupação e uso do solo em Goiás - 2018
 Fonte: Plataforma MapBiomias – 2019

Outra consequência imediata e acelerada da modernização agrícola em Goiás depois de 1960, foi a intensificação do uso do solo para o desenvolvimento de pastagens e lavouras, o que ocasionou em uma rápida destruição do bioma Cerrado, que atualmente encontra-se ameaçado de extinção. Conforme nota-se na Figura 3, restou em menos de 50 anos de intensa devastação do Cerrado, apenas algumas pequenas manchas em verde (escuro e claro) de matas nativas e campestres do Cerrado que subsiste em áreas de solos arenosos e montanhosos inapropriados para a agricultura mecanizada e que se encontram localizados em alguns municípios do centro-norte do Estado de Goiás. De acordo com a Plataforma MapBiomias, o Cerrado, em 1985, abrangia uma área de 108,7 milhões de hectares, em 2018, a área foi reduzida para pouco mais de 80 milhões de hectares. Por outro lado, áreas que destinadas à agropecuária, saltaram de 54,4 milhões de hectares, em 1985, para 81,5 milhões em 2018.

Se de 1819 o tempo e o ritmo do processo de mudanças e transformações em Goiás eram para os viajantes europeus, como Saint-Hilaire (1975), extremamente lentas em que se tinha a sensação de um processo histórico “inerte”, o processo de modernização tecnológica, empreendido pelo avanço do capitalismo no Brasil, ao longo do século XX, acelerou o ritmo das transformações históricas de uma forma muito rápida e acelerado, principalmente, depois de 1950. A mecanização iniciada, timidamente, com a Revolução Verde nos fins da década de 1940, depois de 1960, viu-se o acelerar da industrialização e urbanização acompanhada com o rápido processo de mecanização do campo que em poucas décadas a grande maioria da população brasileira e goiana, abruptamente, foram residir e trabalhar nas cidades. Viu com o avanço da fronteira agrícola a intensificação acelerada da devastação do Cerrado que deu lugar às pastagens e lavouras.

Considerações Finais

As reflexões e apontamentos apresentados levam à reflexão que a dinâmica do processo histórico da humanidade não acontece nos mesmos ritmos e, ao mesmo tempo, não se pode falar em isolamento absoluto em que diferentes povos e culturas não possam se interagir, resistir e subjugar o outro. No entanto os ritmos de dominação econômica e cultural não são homogêneos e não acontecem da noite para o dia. Cada realidade histórica e cultural tem suas especificidades e nuances e os ritmos da dinâmica histórica de uma sociedade é determinada por ela mesma. Conforme foi notado, ao logo deste trabalho o domínio hegemônico da cultura urbana, industrial e capitalista somente se consolidou em Goiás depois da construção e transferência da capital federal para Brasília.

E não se trata de uma condição singular e específica de Goiás, mas, de proporções globais. Os valores culturais urbanos e industriais somente se sobrepuseram em relação aos valores culturais tradicionais rurais com a modernização da agricultura que, pois, fim à toda uma rede de produção agrária de autossustentação, que dependia muito pouco do mercado externo. A moto mecanização da agricultura, que avançou em Goiás depois de 1960, “libertou” a população tipicamente camponesa das amarras da terra e de suas tradições e foi duramente atacada e discriminada nos seus modos de viver durante o processo de modernização no século XX, como sendo, sinônimo de atraso e não viram outra saída, senão, migrar para as cidades na esperança de um “futuro melhor” e “promissor”.

THE TRANSFORMATIONS IN THE CERRADO AND OF THE RELATIONSHIP BETWEEN MAN AND NATURE IN 200 YEARS OF AUGUST'S SAINT-HILAIRE JOURNEY TO GOIÁS

Abstract: In 2019 it was the 200th anniversary of August Saint-Hilaire's trip to Goiás, starting from this perspective, the objective of this article is to make an analysis, in the long-term historical perspective, of the transformations of the relationship between man and Nature in the Cerrado. The reflections and notes lead us to reflect that the dynamics of the historical process do not happen in the same rhythms and, however distant the communications between different peoples and cultures were, one could not speak of isolation. The interactions took place, but in different historical dynamic rhythms and the hegemonic dominance of urban, industrial, and capitalist culture will only be consolidated in Goiás after the construction and transfer of the federal capital to Brasília in 1960.

Keywords: History. Culture. Economy. Nature.

LAS TRANSFORMACIONES EN EL CERRADO Y LA RELACIÓN ENTRE EL HOMBRE Y LA NATURALEZA EN LOS 200 AÑOS DEL VIAJE DE AUGUSTO DE SAINT-HILAIRE A GOIÁS

Resumen: En 2019 fue el 200 aniversario del viaje de August Saint-Hilaire a Goiás, a partir de esta perspectiva, el objetivo de este artículo es hacer un análisis, en la perspectiva histórica a largo plazo, de las transformaciones de la relación entre el hombre y la Naturaleza en el Cerrado. Las reflexiones y notas nos llevan a reflexionar que la dinámica del proceso histórico no ocurre en los mismos ritmos y, por muy distantes que fueran las comunicaciones entre diferentes pueblos y culturas, no se puede hablar de aislamiento. Las interacciones tuvieron lugar, pero en diferentes ritmos dinámicos históricos y el dominio hegemónico de la cultura urbana, industrial y capitalista solo se consolidarán en Goiás después de la construcción y traslado de la capital federal a Brasília en 1960.

Palabras clave: Historia. Cultura. Economía. Naturaleza.

Referências

ALVES, J. E. D. Dia da Terra, aquecimento global e emissões de carbono. FUNVERDE, 2016. Disponível no site: [Dia da Terra, aquecimento global e emissões de carbono - FUNVERDE](#). Acessado em 09/07/2023.

BLOCH, M. **A terra e os homens: agricultores e vida rural nos séculos XVII e XVIII**. Bauru-SP: EDUSC, 2001.

BRASÍLIA: Revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. Ano 1, n.º 1 01/1957. Disponível no site: [Revista Brasília – Arquivo Público do Distrito Federal \(arpdf.df.gov.br\)](#). Acessado em 28 de março de 2021.

BRASÍLIA: Revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. Ano3, n.º 25 01/1959. Disponível no site: [Revista Brasília – Arquivo Público do Distrito Federal \(arpdf.df.gov.br\)](#). Acessado em 27 de março de 2021.

BRASÍLIA: Revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. Ano 2, n.º 25 01/1958. Disponível no site: [Revista Brasília – Arquivo Público do Distrito Federal \(arpdf.df.gov.br\)](http://arpdf.df.gov.br). Acessado em 20 de março de 2021.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. Coleção documentos brasileiros, Vol. 118. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1964.

CORREIO DA MANHÃ. **Morto o Bandeirante**. Edição 20.188, Ano 58, Rio de Janeiro, Sábado, 17 de janeiro de 1959. Disponível no site: [Correio da Manhã \(RJ\) - 1950 a 1959 - DocReader Web \(bn.br\)](http://DocReaderWeb.bn.br). Acessado em 14 de julho de 2023.

COSTA E SILVA; Alberto da. Quem somos nós no século XX: as grandes interpretações do Brasil. In. MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem Incompleta: a grade transição – a experiência brasileira**. 2.ª Edição. São Paulo: SENAC, 2000.

CUNHA MATTOS, R. J. Chorografia histórica da província de Goyaz. In. **Revista do Instituto Histórico Geográfico e Ethnographico do Brasil**. 3.º Trim./1874. Tomo XXXVIII. Typografia de Pinheiro & Cia.: Rio de Janeiro, 1875. Disponível em: Revista IHGB - Tomo XXXVIII - Parte Primeira - IHGB - Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – acessado em 04 de março de 2023.

DUARTE E SILVA, S. (2010). A natureza contra o progresso: mitos e narrativas do “destino bandeirante” na expansão desenvolvimentista. *T.E.X.T.O.S DE H.I.S.T.Ó.R.I.A. Revista Do Programa De Pós-graduação Em História Da UnB*, 17(1), 85–106. Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/28054> - acessado em 10 de fev. 2023.

FICO, C. O Brasil no contexto da Guerra Fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento: 1946-1964. In. MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem Incompleta: a grade transição – a experiência brasileira**. 2.ª Edição. São Paulo: SENAC, 2000.

GODOY, A. A. **Relatório sobre a conveniência da mudança da capital**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Goiânia/Rio de Janeiro: IBGE, 1942b.

HOBBSAWM, Eric. **A Era do Capital**. 3.ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HOLANDA, S.B. **Raízes do Brasil**. 26.ª Ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

KUBITSCHEK, J. Memórias do Brasil 1959: discursos de Juscelino Kubitschek. 1.ª Ed. Brasília: Senado Federal, 2022. Disponível no site: [Memórias do Brasil 1960: discursos de Juscelino Kubitschek \(senado.leg.br\)](http://Memórias do Brasil 1960: discursos de Juscelino Kubitschek (senado.leg.br)) – Acessado em 28 de março de 2023.

LAFARGUE, Paul. O direito à preguiça. In. MASI, Domenico de. (Org.) **A Economia do ócio**. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

LEAL, O. **Viagens às terras Goyanas**. Lisboa: Typografia Minerva Centra, 1892.

LEAL, V.N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3.ª Ed. Ed. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1997.

LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MAZOYER; M; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. Ed. UNESP: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA),2010.

MEMÓRIAS GOIANAS VOL. III. **Relatórios dos Governos da Província de Goiás de 1835-1843** – relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos etc./Sociedade Goiana de Cultura, Centro de Cultura Goiana. Ed. UCG: Goiânia, 1986.

MENDONÇA, S. R. **O ruralismo brasileiro – 1888-1931**. Ed. Hucitec: São Paulo, 1997.

OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. **A construção da riqueza no sul de Goiás, 1835-1910**. Tese de Doutorado apresentada no Programa de História da Universidade Estadual Paulista. Franca-SP: UNESP, 2006. Disponível: [Domínio Público - Resultado da Pesquisa Básica \(dominiopublico.gov.br\)](http://dominiopublico.gov.br). – Acessado em 20 de out. de 2022.

PACHECO, A.; PEREIRA, R.M. O sertão e Amazônia: representações literárias. In **Multiciência**, São Carlos-SP, Vol. 11 p.-7-16, 2012. Disponível em: [Sem título-1 \(unicep.edu.br\)](http://unicep.edu.br) – acessado em 28 de março de 2023.

PEREIRA, Alexandre; PEREIRA, Robson Mendonça. O sertão e a Amazônia: representações literárias. In. **Multiciência**, Vol11, São Carlos, p. 7-16. <http://static.unicep.edu.br/cenip/docs/revistamulticiencia/Multiciencia_Vol11_0.pdf> - acessado em 13 de jan. de 2019.

RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL de 1920, Vol.1 - 1.^a Parte - Agricultura, Tipografia da Estatística: Rio de Janeiro, 1920.

RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL de 1920, Vol.3 - 1.^a Parte - Agricultura, Tipografia da Estatística: Rio de Janeiro, 1923.

SALVADOR, F. V. História do Brasil. Edições do Senado Federal, Ed. 131. - Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010. Disponível no site: [000970367_Historia_Brasil.pdf \(senado.leg.br\)](http://000970367.Historia_Brasil.pdf) – acessado em 26 de março de 2023.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem à província de Goiás**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. EDUSP, 1975.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa M. **Brasil uma biografia**. 1.^a Ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.

SILVA, L. B.; PEREIRA, R, M. O Cerrado de Saint-Hilaire: As representações naturalistas de um viajante Francês do século XIX. In. *Fronteiras*, v. 5, n. 2, p. 214-225, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/220741>> - Acessado em 12 de fev. 2023.

TEIXEIRA LEITE, Edgar. O problema da terra no Brasil. In. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano XXI, n.º2, abril/junho de 1959. p. 127-146. Disponível no site: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1959_v21_n2.pdf> - acessado em 08/07/2018.

VILAR, Pierre. Iniciação ao vocabulário da análise histórica. Lisboa: Edições. João Sá da Costa, 1985.

SOBRE O AUTOR

Hamilton Afonso de Oliveira é doutor em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP); professor efetivo da Universidade Estadual de Goiás/Campus-Sul no curso de História e nos Programas de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (PPGAS) e História (PPGHIS).

Recebido em 29/03/2023

Aceito em 17/07/2023